

LEITURA ECLÉTICA COMO FERRAMENTA IMPRESCINDÍVEL DE INCENTIVO AOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

ECLECTIC READING AS AN ESSENTIAL TOOL FOR INCENTIVE TO GOVERNMENTAL PROGRAMS IN PUBLIC INSTITUTIONS

Eva Ferreira Jornada¹

Resumo: Este artigo tem como tema: A relevância da leitura eclética, de língua materna, nas Oficinas Pedagógicas, do Programa Mais Educação e nas Atividades Complementares, da Escola de Tempo Integral, como fomento de melhoria educacional. O Programa Mais Educação é um dos programas governamentais criado como política de ação contra a pobreza e a exclusão social. Prevê ações socioeducativas, no contraturno escolar para alunos dos do Ensino Fundamental, principalmente dos Anos Iniciais. Enquanto, que o Programa Escola em Tempo Integral se engaja numa perspectiva de desenvolvimento numa escola pública, que cumpra com a sua função social, que é de permitir às crianças e aos adolescentes o acesso ao conhecimento linguístico, à leitura de diferentes tipos textuais e de temas transversais, pontuados, nos dias recentes. Contextualizando-os com o mundo em que vivem e a realidade que o cercam, na municipalidade. Ambos os programas são desenvolvidos na cidade de São Borja, fronteira oeste, do Rio Grande do Sul. Cujas finalidades desses programas são propiciar condições de os estudantes ter na escola um outro espaço, que viabilize continuidade dos estudos, para que não haja uma descontinuidade de a intervenção pedagógica. A metodologia, que será utilizada será a bibliográfica e a abordagem argumentativa utilizada por Secci. Será dada ênfase à leitura eclética de forma lúdica e prazerosa, visando melhoria na área de linguagens, nas instituições públicas. Justifica-se que o indivíduo ao ler torna-se um leitor crítico, politizado e ativo na sociedade.

Palavras-chaves: Políticas Públicas Educacionais; Programa Mais Educação; Escola de Tempo Integral; avaliação linguística.

Resumen: Este artículo tiene como tema: La relevancia de la lectura eclética, de la lengua materna, en los Talleres pedagógicos, del Programa Mais Educação y en las Actividades complementarias, de la Escola de Tempo Integral, como incentivo para la mejora educativa. El Programa Mais Educação es uno de los programas gubernamentales creados como una política de acción contra la pobreza y la exclusión social. Proporciona acciones socioeducativas, en la jornada escolar para estudiantes de primaria, principalmente en los primeros años. Mientras que el Programa Escolar de Tiempo Completo está involucrado en una perspectiva de desarrollo en una escuela pública, que cumple con su función social, que es permitir que los niños y adolescentes tengan acceso al conocimiento lingüístico, a leer diferentes tipos de textos y temas transversales y puntuados en los últimos días. Contextualizándolos con el mundo en el que viven y la realidad que los rodea, en el municipio. Ambos programas se desarrollan en la ciudad de São Borja, en la frontera occidental, en Rio Grande do Sul. El objetivo de estos programas es proporcionar condiciones para que los estudiantes tengan en la escuela otro espacio, que permita la continuidad de los estudios, para que no haya discontinuidad de intervención pedagógica. La metodología que se utilizará será el enfoque bibliográfico y argumentativo utilizado por Secci. Se hará hincapié en la lectura eclética de una manera lúdica y placentera, con el objetivo de mejorar el área de idiomas en las instituciones públicas. Se justifica que el individuo cuando lee se convierte en un lector crítico, politizado y activo en la sociedad.

Palabras clave: Políticas educativas públicas; Más programa de educación; Escuela de tiempo completo.

¹ Graduada em Letras, Habilitação: Língua Portuguesa e Espanhol, pela URCAMP, campus São Borja. Especialista em Imagem, História e Memória das Missões: Educação Patrimonial, pela UNIPAMPA, campus São Borja; Mestranda em Políticas Públicas pela UNIPAMPA, campus São Borja. Pesquisa sobre A Valorização do Patrimônio Imaterial de Integração Fronteiriça: Políticas Públicas Culturais e Educacionais: Resgate de Memórias Linguísticas da zona fronteira. E-mail: evaferrj@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Esse artigo é o resultado de estudos teóricos da Especialização de Alfabetização e Letramento e com viés em algumas abordagens argumentativas, que são especificadas no Projeto inicial, enviado ao Mestrado em Políticas Públicas para seleção de 2019, da Universidade Federal do Pampa/RS, campus São Borja. Cujo projeto de pesquisa obteve-se aprovação. Como mestranda alimenta-se o diálogo da importância de melhoria educacional, na área de linguagens. No qual trata-se de discutir que se contempla a Língua Portuguesa, como um bem cultural utilizado pela coletividade. Nesse pretende-se relatar algumas experiências de docente. Pretende-se ofertá-las como uma contribuição à academia e demais colegas que possam ter interesse por essa abordagem de valoração linguística. Tem como tema: A leitura eclética como uma ferramenta de incentivo aos Programas Governamentais de Políticas Públicas Educacionais. Delimita-se o tema da seguinte maneira: A importância de o (a) alfabetizador (a), propiciar diferentes gêneros textuais para a aprendizagem significativa, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, dos sete aos doze anos. Sendo que ao contribuir com diferentes possibilidades de exercícios ortográficos, criação de roda de leitura eclética e oportunidade de produção textual pode ser uma das maneiras de mitigar o problema público, isto é, o baixo índice de aprendizagem, na área de linguagens.

Cujo objetivo desse é reconhecer a importância da atuação dos Programas Mais Educação e Escola de Tempo Integral. Visto que, ao analisar a existência da ampliação do tempo e do espaço educativo, por meio do Programa Escola de Tempo Integral, que oferece sete horas diárias de estudo ao discente. Ou seja, quatro horas aulas em um turno no qual o discente está inserido em determinado ano e turma, embora heterogênea, a maioria dos estudantes com a mesma faixa etária. Consequentemente, no turno inverso tem horas de Atividades Complementares entre elas têm o Português, como uma oportunidade de melhoria no processo ensino aprendizagem. Contudo, há instituições públicas, que contemplam aos discentes por meio do Programa Novo Mais Educação, que é ofertado no turno inverso ou no final de semana, por meio de Oficina Pedagógica, que contempla o Português. Observa-se que ambos os programas públicos oportunizam melhoria de aprendizagem de linguagens, se for realmente aplicado por meio de intervenção pedagógica lúdica e prazerosa. Porque verifica-se que nos Anos Iniciais, do Ensino Fundamental é que a criança deve ter a oportunidade de internalizar diferentes tipos textuais, para que posteriormente no futuro possa compreender

melhor o mundo que a cerca, ser criativa, participante da comunidade e atuante na sociedade. Poderá ser uma profissional dinâmica, ética, responsável, crítica e colaboradora. Além disso, constata-se a importância de pesquisar autores que afirmem positivamente que ler diversos gêneros textuais ajudará a ser mais alfabetizada e letrada, desde a infância. Ou seja, às crianças e adolescentes é muito estimulante a leitura eclética, para ser uma pessoa reflexiva e brilhante. Bons leitores formam mentes fascinantes.

Mesmo vivendo-se na contemporaneidade, diante de diferentes contextos tecnológicos ainda urge a necessidade de a criança ter oportunidade na escola de manusear os livros impressos de diferentes gêneros textuais, vivenciar a oportunidade de receber condições de fazer a sua leitura de prazer, para que o educando possa aprender a alfabetizar-se, ler, ouvir, falar e escrever desenvolvendo-se em todas as suas competências e habilidades. Aplicar-se a leitura eclética é imprescindível como apoio à importância dessa temática. Ao ler e escrever os estudantes aguçam a curiosidade e aprimoram a área de linguagens. Como pesquisadora observa-se que socializar experiências positivas podem ajudar outros docentes a pensar em diferentes alternativas de encantar ao estudante a fim de que possa demonstrar o desejo pela leitura. Logo, aprende-se mais visualizando outras ações e estratégias de incentivo sobre a relevância de proporcionar uma excelente alfabetização e letramento, aos discentes. Enfatiza-se como uma das justificativas é a de incentivar aos programas Mais Educação e Escola de Tempo Integral, no sentido de incentivo de proporcionar a leitura eclética aos discentes, tanto na Oficina Pedagógica quanto na Atividade Complementar, como fomento de melhoria de qualidade de ensino, na área de linguagens.

Necessita-se partir do pressuposto de que para valorizar algo tem de conhecer, compreender e identificar-se como sujeito capaz de valorizar as suas próprias vivências linguísticas e a sua bagagem de conhecimentos, que carrega consigo ao ingressar na escola. Pois todo o conhecimento prévio deve ser valorizado. A família é a primeira escola. A instituição escolar além de valorizar os conhecimentos linguísticos, que cada discente traz, deve ajudar a aprimorar a sua linguagem. Sendo que o (a) discente tem de entender que a linguagem utilizada em casa pode ser respeitada, mas que a escola oferece a oportunidade de conhecer e aprender a língua padrão. Esta será exigida do estudante desde o ingresso até o seu término, da Educação Básica. A docente pode fazer uma comparação conotativa: assim como a pessoa troca de roupa para ir a diferentes ambientes, assim pode ser utilizada a sua linguagem. Em casa ou

no grupo de amigos usa-se a linguagem coloquial, enquanto ao prestar um concurso público ou uma prova do ENEM tem utilizar a língua padrão. Porque o discente leva consigo à instituição um conhecimento prévio de linguagens. Cabe à escola aprimorar as suas habilidades linguísticas de acordo com a norma padrão. Para poder valorizar e apreciar a língua, o (a) discente tem de ter acesso a uma instituição escolar.

Nesse artigo almeja-se disseminar o reconhecimento da valoração linguística que se apresenta, na fronteira, pois na escola os discentes aprendem a ler, a falar, a escrever e a ouvir, na sua língua materna. Sabe-se que a partir da Redução de São Francisco de Borja índios guaranis, algumas famílias de Santo Tomé e padres jesuítas espanhóis atravessaram o rio Uruguai a fim de formar essa Redução. Então, pelo fato histórico, geográfico e sociológico, sabe-se que, após o Tratado de Madri, em 1750, as pessoas passaram a utilizar o idioma português também, como fonte de comunicação e de informação. Atualmente, toda educadora tem de ter em mente a caracterização da área de Língua Portuguesa nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental existe a possibilidade de ter o seguinte entendimento sobre língua:

A língua é um sistema de signos histórico e social, que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas (BRASIL, 1997, p. 22).

Constata-se que ao utilizar-se das exigências contidas no Plano Nacional de Educação (PNE) terá condições de ajudar ao discente aprender melhor as competências linguísticas. Nele salienta a importância de alimentar o estabelecido em Lei; conforme afirma o artigo 214, da CF/1988 (EC nº 59/2009) que argumenta principalmente que o cidadão tem de ser alfabetizado.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País (CONSTITUIÇÃO, 2011, p.399).

Portanto, a língua é um bem cultural, é viva e dinâmica e tem a sua importância constitucional, no debate institucional público. Além disso, justifica-se como professora de Ensino Fundamental Anos Iniciais, também que há a necessidade da leitura eclética tanto em

turmas de Ensino Fundamental Anos Iniciais / Finais, de Ensino Médio ou EJA, no noturno. Este artigo versará em três seções. A primeira discorrerá sobre Políticas Públicas Educacionais: Programa Novo Mais Educação e Programa Escola de Tempo Integral. Enquanto a segunda narrará sobre Resgatando relatos de experiências de docência em Escola de Tempo Integral. A terceira seção abordará uma experiência que foi aplicada na Escola de Tempo Integral Viriato Vargas e enviada à 35ª Coordenadoria de Educação e teve o aceite do SEDUC/RS, em 2016: Navegando pelos diferentes tipos textuais. Após, as seções serão realizadas uma descrição sucinta de metodologia. Finaliza-se este com as considerações finais e as respectivas referências.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO E PROGRAMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Nos dias atuais, após a universalização urge a necessidade de repensar-se as Políticas Públicas Educacionais para debater-se o que o governo oferece de implementação de programas governamentais, que visem melhoria educacional e contemplem aos discentes para serem incentivados a permanecer mais tempo na escola. Em relação a discussão dessa temática, deixa nítido na sua obra Secci, que as sociedades e os governos tomam boas e más decisões. Uma boa decisão pública é aquela embasada em informações confiáveis, pautada em princípios e valores socialmente aceitos e que são feitos visando a melhoria do bem-estar coletivo. Enfatiza-se que esses programas governamentais ajudam a proporcionar condições de aprendizagem significativa aos discentes. Em primeiro lugar, pontuar que existe em São Borja, uma Escola de Tempo Integral, da esfera municipal, enquanto da esfera estadual existem três escolas que disponibilizam Atividade Complementar de Português. Além disso oferecem o Programa Mais Educação em algumas dessas, no final de semana. Outras oferecem Oficinas Pedagógicas, do Projeto Mais Educação. Orienta-se que após uma análise com equipe administrativa e de gestão escolar devem ser mapeados os conteúdos, de leitura eclética, que podem ser aplicados nas oficinas ou nas atividades complementares, mas de maneira lúdica ou midiática, em ambos os programas.

Primeiramente, nesse dialoga-se uma proposta de ensino pautada na leitura eclética, a fim de discutir elementos que resolvam o problema público, que é o baixo índice de aprendizagem linguística, na área de linguagens, apresentado em algumas escolas públicas municipais e estaduais, da municipalidade são-borjense. Após, realizar-se a revisão da literatura

e refletir-se muito sobre esse problema público, que atinge alguns discentes de instituições públicas tanto municipais, quanto estaduais dessa cidade, foi feita a tomada de decisão de elaborar esse artigo a fim de propor algumas demandas, que ajudam no incentivo de leitura.

É possível analisar-se e chegar ao seguinte entendimento em relação a problemática apresentada:(SECCI, 2016, p.2) “Uma análise de política pública depende de uma delimitação clara e precisa do problema público, de geração de alternativas tecnicamente consistentes, de projeção de custos e benefícios com a implementação”. Como argumenta SECCI (2016, p.6): “O problema público é usualmente definido como a distância entre o status quo e uma situação ideal possível para a realidade pública”. Por isso, após obter-se mais esclarecimento sobre esses programas governamentais é possível como docente e pesquisadora registrar-se algumas sugestões de alternativas, para serem aplicadas NO Programa Novo Mais Educação, em Oficinas Pedagógicas, de Português e de Atividades Complementares de a Escola de Tempo Integral visando uma contribuição aos demais colegas para propiciar condições de melhoria educacional. Porque todos os discentes têm direito a educação.

Na CF/88, no capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na seção I, artigo 205 (CONSTITUIÇÃO, 2011, p. 136): “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sabe-se que o acesso a escolarização é um direito a todos os indivíduos, porém nem todos muitas vezes conseguem esse acesso, nesses programas governamentais, infelizmente. E de acordo com o artigo 206, o ensino será ministrado com base em alguns princípios elencados na EC nº 19/98 e EC nº 53/ 2016 que diz nos seus princípios I, II e III: (CONSTITUIÇÃO, 2011, p. 136): “ Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”.

Como Profissional de Educação e Mestranda em Políticas Públicas é relevante acrescentar que a pesquisa é uma das metas de todo estudante. Deste modo, na universidade existe a possibilidade de instigar tal temática, pois no artigo 207 (CONSTITUIÇÃO, 2011, p. 136): “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Como egressa e discente da UNIPAMPA, pretende-se nesse propor ações

estratégicas que foram desenvolvidas e poderão ser aplicadas com turmas diferentes em ambos programas discutidos nesse. A seguir fará um breve relato dos programas governamentais e suas distintas peculiaridades. Entretanto, ao realizar-se uma análise comparativa de ambos é possível diagnosticar qual é a função de cada um dos programas.

Em relação ao Programa Novo Mais Educação, é perceptível a sua relevância, porque é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), implementado nas escolas públicas de Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, por adesão, tanto das instituições municipais quanto estaduais. E por meio de articulação institucional, no caso de São Borja/RS com a cooperação de as Secretaria Estadual e Municipal de Educação. Sendo que ocorre mediante o apoio técnico e o financeiro do MEC. As escolas das redes públicas são selecionadas com base em critérios estabelecidos pelo próprio MEC, ou seja, nos bairros cujos discentes apresentam-se em vulnerabilidade social.

Compreende-se que em 2017, esse Programa surgiu com uma nova formatação, direcionado à ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de no máximo 15 horas semanais, no turno inverso, para o desenvolvimento de atividades no acompanhamento pedagógico de Língua Portuguesa e Matemática e no desenvolvimento de atividades no campo da Arte, Cultura, Esporte e Lazer, constituindo-se assim em uma jornada de atendimento integral parcial aos alunos de ensino fundamental das escolas públicas tanto municipais e estaduais. Porém nesse será dada ênfase apenas em destacar a importância das atividades de Língua Portuguesa, desenvolvidas com um planejamento criterioso para incentivar a leitura ecléticas nessas Oficinas Pedagógicas, na qual em cada uma é aplicada a intervenção à turma multiseriada.

No entanto, nessa nova formatação, tem como objetivos a redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar. Essas atividades de cada instituição escolar será organizada, pela própria escola, por meio de planejamento específico, considerando os objetivos e as metas do Programa e as especificidades das comunidades locais. O desenvolvimento e o monitoramento do Programa terão acompanhamento das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), por meio do Sistema PDDE Interativo do Ministério da Educação. Ou seja, pelo Departamento Pedagógico/SEDUC/RS é realizado o assessoramento à

35ª CRE, com vista à execução e o efetivo cumprimento das metas do Programa Novo Mais Educação.

Após, a realização desse estudo comparativo entre os dois programas que discute-se nesse artigo é possível observar-se que o Programa de Escola de Tempo Integral se engaja numa perspectiva de desenvolvimento de uma escola pública, que cumpra com a sua função social, que é a de permitir às crianças, aos adolescentes o acesso ao conhecimento científico, empírico, literário, de linguagens e tecnologias, isto é, contextualizando-o com o mundo em que estão inseridos. Esse programa tem responsabilidades a serem cumpridas e constitucionais. A Constituição Federal de 1988 define, em seu Capítulo III (Seção I, Da Educação), os papéis de cada ente federativo no cenário da garantia do direito à educação. Nela está inserido o seguinte:

À União cabe organizar o sistema federal de ensino, financiar as instituições de ensino federais e exercer, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; os estados e o Distrito Federal, prioritariamente nos ensinos fundamental e médio (art. 211, §§ 1º, 2º e 3º).

Além de todo o entendimento constitucional e a sua colocação em prática esse programa governamental visa a inclusão e a socialização de todos os discentes contemplados com esse. O referido programa está em consonância com o Plano Estadual de Educação, que prevê na Meta 6 a oferta de educação em tempo integral em no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos 25% dos alunos, da Educação Básica, até 2025. Os estudantes permanecem, no mínimo, sete horas diárias nestes estabelecimentos de ensino, nos turnos da manhã e da tarde, com a oferta de quatro refeições diárias, respeitando as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Há a possibilidade de verificar-se que esse programa ajuda a fortalecer o cumprimento do objetivo da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a duração de 9 anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória, a partir dos 6 anos de idade. Com isso fica mais viável assegurar a todos num tempo mais prolongado de permanência na escola, oferecendo maiores oportunidades de aprendizagem, de modo que os (as) alunos (as) prossigam nos seus estudos e concluam, com qualidade, a Educação Básica. Não esquecendo que, essa qualidade implica em assegurar um processo de ensino aprendizagem

respeitoso, educativo e construído com base nas múltiplas dimensões, nas diferentes faixas etárias.

Nesse Programa Escola de Tempo Integral foi solicitado ao ser implementado na escola, uma proposta pedagógica que contemple a construção de Regimento Escolar e Plano de Estudo. Foi elaborada pelo Departamento Pedagógico da Secretaria da Educação a partir das áreas do conhecimento, que são: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, Educação Ambiental e Direitos Humanos. Porém, nesse artigo tratar-se-á apenas de discutir ações estratégicas, que possam melhorar a qualidade de ensino, nas linguagens. Na qual defende-se a ideia de que a leitura eclética é um excelente recurso educativo para ser aplicado como Atividade Complementar, de Português.

Sabe-se que a busca pela equidade e pela qualidade da educação na municipalidade são-borjense, cujo estado é o Rio Grande do Sul é tão desigual entre a instituição estadual e a privada. Por isso necessita de uma tarefa, que implica políticas públicas de Estado que incluam uma ampla articulação entre os entes federativos. Porque alimenta-se a ideia de que identificado o problema público, nesse caso seria o baixo índice de aprendizagem, na área de linguagens deve haver a possibilidade de proporcionar programas para amenizar esse problema, por parte da gestão pública. A docente deve oferecer novas estratégias de ensino- aprendizagem aos educandos, a fim de solucionar a problemática ou instigar aos discentes que busquem nos programas governamentais maneira de mitigar esse problema, ou seja, essa dificuldade de aprendizagem linguística. Após, a constatação da deficiência, na área de linguagens e uma análise descritiva sugere-se repensar a dinâmica da proposta educativa, desse programa que foi implementado. SECCI (2016, p. 9) argumenta: “A pesquisa de política pública tem como objetivo a construção teórica e utiliza métodos indutivos. Porque tais estudos estão focados no campo do conhecimento”. Enfim, para sanar tais dificuldades propõe-se pontuar de modo que sejam pautados em uma agenda quais conteúdos devem ser colocados e aplicados em uma Oficina Pedagógica ou Atividade Complementar de acordo com a oportunidade que propõe nesse programa governamental. Nessa seção trata-se as políticas públicas educacionais e os respectivos programas que contemplam aos discentes oportunizando mais tempo de ficarem na escola, brincando, lendo diferentes gêneros textuais impressos ou não. Esse traz em seu escopo a discussão de ser aplicada a leitura eclética como ferramenta pedagógica no Programa Novo Mais Educação por meio de Oficina Pedagógica de Português ou como uma Atividade

Complementar de Português na Escola de Tempo Integral como com um incentivo à leitura, porque se aluno (a) ler irá abrir novos horizontes, pois por onde for florescerá fruirá novos entendimentos.

RESGATANDO RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE DOCÊNCIA EM ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Como professora de Português foi possível obter-se a oportunidade de mediar os conhecimentos com muitos discentes da rede municipal e estadual. Cujo estudantes tanto eram pertencentes a rede pública municipal, dos Anos Finais do Ensino Fundamental. E outros da rede pública estadual, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Embora desempenhou-se docência nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e nas turmas de Ensino Médio tanto diurna, quanto noturna adquiriu-se muitas experiências. Porém, nesse artigo a importância será de alimentar-se a ideia de que realizar leitura eclética, de diferentes gêneros textuais principalmente no Ensino Fundamental, é de suma importância para verificar-se que discentes leitores ecléticos apresentam um melhor desempenho escolar, na área de linguagens.

Quando docente de Escola de Tempo Integral propiciava-se aos discentes a proposta de Atividade Complementar desafiadora a fim de instigar aos discentes e proporcionar-lhes a proposta de uma leitura deleite. Cujo planejamento das práticas docentes estabelecessem um diálogo permanente com a gestão democrática, com a qualificação profissional e com a organização flexível dos espaços escolares, ampliando a oportunidade à aprendizagem de leitura eclética, isto é, propondo-lhes inúmeras alternativas. Desse modo proporcionar-lhes leitura eclética tornava-se imprescindível, pois a leitura e a escrita são ferramentas fundamentais que os seres humanos possuem. Pois elas possibilitaram mudanças qualitativas e revolucionárias na história e no pensamento, de maneira que fazem parte da herança cultural, que determina o desenvolvimento pessoal e social. Ao realizar-se uma Atividade Complementar sempre tem de escolher qual objetivo pretende-se atingir. A seguir relata-se o objetivo geral, que deve ser visualizado a fim de contemplar aos discentes com uma proposta educativa de melhoria linguística, na Escola de Tempo Integral. Ou seja, possibilitar ao discente condições para a apropriação do sistema de escrita pela vivência de diferentes situações, para dialogar com a realidade histórica, social e imaginária, dos estudantes.

Uma das justificativa para aplicar-se Atividade Complementar, na Escola de Tempo Integral, de Português era proporcionar ajuda aos poucos à criança oferecendo-lhes diferentes

livros para lerem tanto Infantil quanto Infante Juvenis. A leitura eclética ajudava ao discente a elaborar os textos orais e escritos. Ao avaliar os seus textos produzidos deveria sempre respeitar os níveis de cada um, o seu ritmo próprio, a sua faixa etária e o seu nível de prontidão e motivação. Contudo, nesse programa governamental é necessário que a docente perceba que cabe a ela instigar a língua materna; como elemento relevante do processo aprendizagem. Porque nessa Atividade Complementar pedagógica, da instituição escolar, o gestor administrativo, a supervisora escolar, a bibliotecária, a orientadora e a professora devem juntas reconhecer que a leitura é uma ferramenta viável e que pode ser incentivada no programa. Pois o governo deve ofertar as políticas públicas educacionais de qualidade ao discente. Oferecer propostas de alternativas, recursos humanos e tecnológicos. Ele deve solicitar ao professor que irá ministrar essa Atividade Complementar, que ofereça os livros que o programa disponibiliza e orienta de acordo com a faixa etária do leitor. Cabe a docente lembrar de estimular aos alunos a língua materna. Ela deve oferecer além de livros de diferentes gêneros textuais, outros que contenham a discussão de temas transversais. Tudo de acordo com o Projeto Político Pedagógico, da escola.

Além disso, nos dias recentes o educador deve lembrar que existe a Base Nacional Comum Curricular, que será implementada na escola e deverá ser consultada. Para propor Atividade Complementar tem de consultar a necessidade real da turma ou específica do (a) aluno (a) e ouvir a solicitação da professora regente de forma que contemple as dificuldades dos discentes envolvidos pelo programa. É a docente regente que deverá saber quais conteúdos são exigidos pelo Plano de Estudo, suas competências, suas habilidades e seus valores junto com o docente que ministra a atividade. Tudo isso deve ser feito em trabalho de equipe, para que o discente entenda que a Língua Portuguesa é importante. Para que o estudante passe a ter um sentimento de pertencimento a ela. Nesse caso a Língua Portuguesa oferece condições de realizar-se um melhor estudo teórico sobre sua relevância, sua contribuição para com os saberes linguísticos, da área de linguagens.

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução

que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20)

Retornando-se aos relatos de experiência de quando educadora de Atividade Complementar, de Português, na Escola de Tempo Integral. Relata-se que se verificou que é por meio da leitura e da fala, que o discente entenderá o que é a cidadania, o meio ambiente, a cultura, a identidade, etc. Observou-se que muitos (as) alunos (as) sentiram o desejo de participar desse programa pela diversidade de material ofertada a eles.

Sendo que, hoje, a educadora deverá romper os paradigmas, isto é, tem de ter um olhar de raio x para ajudar na melhoria educacional não deixando-os a sentirem falta de informação. Sempre que realizarem uma indagação devem receber uma resposta. Nem que haja a necessidade de pesquisar-se e levar em outra aula. A docente precisa saber que todo o conteúdo sempre deverá fazer um planejamento, antes de propor a atividade. Não deve apenas levar livros para ler, mas induzir livros que instiguem a curiosidade pela busca da compreensão daquela temática discutida na aula. Sendo que o planejamento deve ser de acordo com a faixa etária e o ano, que estiver inserido o discente. Para que os discentes possam entender melhor e sentir-se à vontade na classe de Atividade Complementar. Deste modo pode ser desenvolvido textos que contemplem a origem da municipalidade são-borjense, região em que está situada; qual é o clima; qual é a vegetação; quais são os pontos turísticos interessantes de serem visitados com a sua família como forma de lazer; o que devem fazer para preservar os patrimônios públicos e naturais? Inúmeras temáticas podem ser aplicadas no incentivo da leitura eclética.

Uma questão super relevante é conversar com os pais e falar sobre o programa. A equipe diretiva junto com os docentes no início do ano letivo deve explanar o básico para os pais perceberem a relevância do programa. Dialogar com qual é o objetivo? Devendo incentivar aos pais para estes possam incentivarem aos seus filhos. Dizer-lhes que aquele espaço e tempo a mais na escola não é apenas para um momento de ociosidade, mas é para acréscimo de aprendizagem significativa. E que trará melhoria para os seus filhos ou para as suas filhas. Proferir-lhes que os discentes poderiam ganhar em aquisição de novos conhecimentos incentivando também aos filhos a estudarem para adquirirem mais habilidades e competências linguísticas, conforme exige a ²Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sendo que os pais

² Brasil.gov.br

devem entender que o conhecimento científico obtido nas instituições escolares públicas, por meio do Programa Escola de Tempo Integral é importante, para que os seus filhos possam obter informações precisas e objetivas a fim de estarem aptos (futuramente) a competirem com outros (as) em busca de um emprego melhor. Infelizmente, a sociedade ainda oferece poucas oportunidades. E é muito temida a competitividade. Não que seja a favor de a competitividade, porém discentes precisam saber que é uma realidade. O saber não ocupa espaço. Quem sabe ler, tem uma vantagem a mais. Hoje, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, os docentes estão discutindo a viabilidade de aplicar aulas do processo ensino pedagógico de acordo como sugere as competências específicas de linguagens para o Ensino Fundamental, na Escola de Tempo Integral:

Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (BNCC, 2018, p. 66).

Nos dias recentes contemporâneos, observa-se que as crianças têm um maior desenvolvimento cognitivo, social, intelectual, afetivo e emocional, isto é, desde pequenas podem manusear livros e brincar com as outras crianças. Sendo assim, o manejar de cada página do livro travesseiro deve ser um elemento essencial da infância, porque é lendo que a criança se desenvolve. Com o passar do tempo comprova-se de que, atualmente, a criança deve escutar as histórias contadas de seus pais, tentar ler as imagens dos livros e recontá-las, pois ela deve ser acompanhada nas leituras de diferentes gêneros textuais, para que a educadora possa acompanhar quais são as necessidades físicas, intelectuais, linguísticas e fonoaudiológicas de cada uma. Soares argumenta que:

A ênfase predominante em torno do conceito de alfabetização nas décadas finais do século passado voltava-se para a compreensão como processo que envolve atividades de codificação e decodificação da escrita. Relatos autobiográficos diversos têm revelado, confirmando esta perspectiva, quanto era penoso e massacrante para uma criança descobrir o que estava escrito nas páginas de uma cartilha ou de um livro qualquer (SOARES, 2004, p.5).

No Programa de Escola de Tempo Integral, a instituição pública, não pode apenas preocupar-se em que os educandos apenas recebam uma aquisição de conteúdo, mas que o conhecimento seja adquirido por meio da leitura eclética de acordo com os objetivos propostos, no Plano de Estudo, a partir do Projeto Político Pedagógico da escola. Sendo que, os textos ecléticos são utilizados para suprir a necessidade como forma de propiciar o prazer em aprender a ler os livros e melhorar a qualidade da alfabetização. “a qualidade da alfabetização é constituída de tão limitados e modestos atributos que ela, sendo pouco, torna-se nada” (SOARES, 2003, p. 53). Na aplicação de a intervenção pedagógica deve transcorrer todas as ações realizadas entre a leitura silenciosa, modelo, em duplas, extensiva, com ou sem resumo da parte principal, trabalhar-se com sequências de gravuras, sequências didáticas, varal poético, declamação de poesias, Cantinho dos Poetas, Dia dos Autógrafos, após a confecção do livro. Pois quem lê aprende ao aprender e se encanta com o mundo da leitura que a fascina e ajuda a viajar pelo mundo da fantasia. Quem lê constrói barcos e passa a navegar com eles. O autor Alves também descreve sobre o seu fascínio pela leitura literária, que o encanta. O discente tem o direito de sentir-se fascinado pelo mundo letrado, outrora tão desconhecido.

Quem se sente fascinado pelo mar acaba por descobrir as maneiras de construir barcos e de navegar. Se o mar não me fascina, se ele me dá medo, por que razão haveria de querer a arte de construir barcos e de navegar é o fascínio que acorda a inteligência. O conhecimento surge sempre no desafio do desconhecido... (ALVES, 2008, p. 12)

Ao finalizar-se essa seção que discute relatos de experiências de docência com Atividade Complementar cuja finalidade, além de recordar essas práticas educativas, pretende-se pontuar outras ações estratégicas de intervenção pedagógica. Destina-se ao público alvo: docentes, que atuam na rede pública municipal ou estadual, como uma contribuição à escola pública. O principal enigma é o lembrete que deixa-se ao docente, de que use sua criatividade ao escolher os livros para os (as) alunos (as) lerem pois é fundamental. Pois a leitura eclética deve ser de acordo com a faixa etária deles. Elenca-se outras sugestões tais como: Atividades de socialização; Menina Bonita do Laço de Fita; O Cabelo de Lelê; A África; Parlendas; Trabalho com música; Alfabeto Móvel; Jogos ortográficos, Formação de palavras e de frases, a partir da visualização de fantoches; Teatro de sombra com fantoches; Sacolinha Mágica com diferentes textos tirinhas, charge, histórias em quadrinho; lendas; gibis, etc. Leitura e Produção

textual; Criação de história em quadrinho a partir de legendas, de gravuras; de histórias contadas; de enunciados; Leitura de fábulas ou de poesias para incentivar a leitura deleite; Pedir para resumir pequenas histórias e filmes. Solicitar produção textual; confecção de textos; produção de poesias. Utilizar Sequência Didática, revistas e livros sobre temas: família, escola, amigos, meio ambiente, educação para a paz, educação em direitos humanos, respeito à diversidade etc. Contemplando-se assim a construção da sociabilidade e da aprendizagem significativa. Logo, existe a possibilidade de verifica-se que o conhecimento científico é adquirido por meio de políticas públicas educacionais, e programa governamental, que poderia contemplar muito mais as escolas, pois faltam vários recursos ainda.

NAVEGANDO PELOS DIFERENTES TIPOS TEXTUAIS TECNOLÓGICOS

Como educadora sabe-se que no quesito tecnologia muitos discentes estão anos luz na frente do Profissional de Educação. Entretanto em 2014, criou-se um blog linkado no seguinte endereço eletrônico: portuguesnaescolars.blogspot.com (Alfabetizando ao Alfabetizado). Nesse discutia-se, na disciplina de Língua Portuguesa: a leitura eclética de diferentes gêneros textuais. E foi muito apreciado esse blog. Embora ainda existia a dificuldade de navegar-se nele, na escola. Entretanto, uma vez por semana os (as) alunos (as) dos Anos Finais iam ao Laboratório de Informática, da Escola Municipal Ubaldo Sorrilha da Costa, bairro do passo, municipalidade São Borja, para acessá-lo. E ler obras on-line, nas turmas que se ministrava aulas de português muito aprendeu-se junto com os (as) jovens. Jogavam jogos disponibilizados pela Olimpíada de Língua Portuguesa, no qual estavam inscritos e participavam. Foi uma experiência pioneira nesse sentido pelo qual como docente dessa prática é imenso o orgulho e o prazer de a escola oportunizar esse espaço para os discentes. Nesse blog era compartilhado com os (as) estudantes poesias, reflexões, tirinhas com o novo acordo ortográfico, contos, charges, aulas de ortografia, sintaxe, linguística, morfologia, trabalhos avaliativos, classes gramaticais, etc. Proporcionava-se livros para lerem on-line e depois fazerem as descobertas textuais encontradas neles, como leitura deleite.

Tudo isso, a fim de colecionar e compartilhar na rede oportunidade de novas aprendizagens para todos (as). Com o blog pretendia propiciar condições para aqueles que ainda, naquele ano, não tinham acesso a utilizar-se da informática em casa, como pesquisa. Foi compartilhada essa experiência com as turmas: 63, 81 e 91. Obtiveram uma melhoria na área

de linguagens, porque tinham muitas dificuldades de aprendizagens linguísticas. Entretanto, a ciência tecnológica avança com muita velocidade e em tempo real, nos dias recentes, pois basta clicar uma tecla do computador para acessar o que se deseja pesquisar.

A seguir relata-se uma nova experiência como docente, no ano de 2016. Discorrer-se-á a seguir outra experiência denominada NAVEGANDO PELOS DIFERENTES TIPOS TEXTUAIS TECNOLÓGICOS, da Escola Estadual Viriato Vargas, 35ª Coordenadoria Regional de Educação, foi aceito para o Seminário de Práticas Educacionais envolvendo TDIC, com realização de apresentação em novembro de 2016. O qual foi apresentado ao SEDUC/RS da seguinte maneira: Atualmente, utiliza a tecnologia para propiciar condições aos alunos de aprender melhor. A fim de visar a melhoria da aprendizagem significativa várias atividades pedagógicas podem ser pesquisadas e complementadas na sala de aula, na turma: 41. Relata-se por meio desse que se constata que a pesquisa proporciona ao (a) aluno (a) a oportunidade de obter conhecimento científico e aguça a curiosidade do discente.

Por isso, há tempos utiliza os recursos tecnológicos. Sendo que nesse ano disponibiliza-se a oportunidade de pesquisar na internet e compartilhar com os discentes os resultados obtidos. É uma tarefa árdua, mas que vale a pena. Elenca-se as seguintes propostas pedagógicas: pesquisar genealogia, sobre o significado do seu nome, dialogar sobre a importância da mulher, reconhecer sua identidade, local de moradia, elencar a diversidade cultural e sua formação, identificar o rio Uruguai como recurso natural, local por onde atravessaram os padres jesuítas espanhóis e índios guaranis oriundos de Santo Tomé, República Argentina para vir fundar a Redução São Francisco de Borja. Junto a família pesquisavam primeiramente, devido a muitas vezes a escola ter dificuldade em captar o sinal da internet. O encantamento disso, foi porque mesmo não tendo acessibilidade procuravam realizar a pesquisa até o problema ter sido solucionado, na escola. Iniciou-se como uma atividade para unir a família e instruir aos educandos. Eles pesquisaram o ano da inauguração de Brasília; O Brasil se tornou pentacampeão mundial de futebol masculino vencendo as Copas do Mundo nos anos de? Qual foi o dia, o mês e o ano que o homem pisou na lua pela primeira vez. Essas pesquisas posteriormente foram utilizadas para aplicar na matemática os cálculos utilizando as quatro operações, tabelas, gráficos, questionar-se sobre a América Latina, pois o país Brasil pertence a ela. Utilizou-se mapa mundi, planisfério, Atlas para observarem virtual e concretamente. Sempre valorizando a interdisciplinaridade e os temas transversais. Pesquisou-se sobre um

território maior para centralizar-se a temática num bem menor que é a nossa municipalidade: paisagem geográfica, pontos turísticos são-borjense, clima, relevo, zona urbana, bairros, zona rural, recursos naturais, agricultura, pecuária, etc.

Atualmente continuasse após a pesquisa tentando desenhar plantas de casa, escola, cujo objetivo é criar em maquetes, em grupos, os bairros. Depois, construir-se a maquete da cidade de São Borja atual, com materiais de sucata. Lógico, que para realizar tais pesquisas contou-se com os diferentes gêneros textuais tais como a Hora do Conto, músicas, auto ditados com imagens, de fotos, slides, livros travesseiros, livros animais, som, tirinhas, charge, charadinhas, piadas, jornais, revistas, dicionários, livros diversos. Finalmente, justifica-se esse relato de experiência pela necessidade de valorizar os relatos dos diferentes universos, porque é graças ao avanço tecnológico que hoje, o aluno pode manusear livros, impressos ou assistir aos virtuais, olhar histórias maravilhosas histórias por meio do projetor; instigando-os a eles mesmo tirarem fotos na câmera digital, ouvir, escrever palavras, frases e pequenos textos e digitarem. Logo, por meio desses recursos midiáticos o educando aprende mais e poderá se tornar um cidadão consciente de exercer sua cidadania com responsabilidade e comprometimento.

Assim, foram duas experiências maravilhosas com ineditismo procurou-se registrar nesse artigo. Como Profissional de Educação sempre é tempo de aplicar-se aulas com propostas criativas e dinâmicas, utilizando-se de leituras ecléticas que permeiam um viés com a interdisciplinaridade e a tecnologia. Quem lê aprende a compreender qualquer texto de outra disciplina.

METODOLOGIA

Sendo que, para o desenvolvimento desse artigo será realizada uma revisão bibliográfica a fim de apresentar alguns conceitos sobre alfabetização, letramento, leitura eclética e a afirmação positiva de autores que comprovem a importância da leitura eclética na escola. E sobre a importância da utilização de diferentes gêneros textuais na sala de aula como ferramentas de melhoria de a aprendizagem da área de linguagens. O presente artigo utiliza-se da metodologia de uma pesquisa descritiva, cuja metodologia utilizada para realização desse artigo é a indutiva, porque parte da realidade para construir dados concretos. Enquanto o método utilizar-se-á nesse a abordagem argumentativa. Também a pesquisa será de natureza qualitativa, Visto que, a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu

significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto” (OLIVEIRA, 2011, p. 24). Os argumentos realizados são embasados na abordagem argumentativa, a qual Secci defende. Segundo (SECCI, 2016, p. 15): “As análises argumentativas vieram para adaptar a produção do conhecimento de política pública à lógica política, para ganhar mais conhecimento útil, temporal e orientado para a ação”. Assim, nesse também serão utilizados argumentos favoráveis ao objeto de estudo deste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a leitura de diferentes gêneros textuais é de extrema relevância desde a Alfabetização, nos Anos Iniciais até nos Finais, do Ensino Fundamental. Ler é viajar sem sair do lugar. Porém é dar asas à imaginação. É utilizar-se da leitura eclética para aprender a aprender. Não interessa o gênero que estiver lendo, o relevante é apreciar a leitura deleite. Espera-se de quem lê que consiga aprender, a compreender, a reescrever e a dramatizar o que lê, pois ao ler poderá dar mais sentido conotativo ou denotativo ao seu texto eclético. Quem lê sente prazer pela leitura que estiver fazendo. Compete a (o) docente, atuante nos programas governamentais preparar as crianças e os adolescentes para serem futuros cidadãos leitores, comprometidos com as suas famílias, com o seu trabalho e com o desenvolvimento da sociedade. Porque é por meio da leitura eclética que as formas de comportamentos são experimentadas; pois lendo o discente aprende, interpreta e cria o seu próprio mundo imaginativo. E muitas dessas leituras podem ajudar a refletir sobre suas experiências familiares. Dessa maneira, a educadora visa propiciar-lhes condições de incentivá-los para o hábito da leitura. Bem como na formação de novos leitores. Porque o discente ao manusear os livros pode alfabetizar-se e ao lê-lo começa a obter o letramento, isto é, juntando as letras, formando palavras, jogando começa a escrever frases. A partir do terceiro ano, quarto e quinto ano por meio diferentes leituras ecléticas vai ajudar ao aluno a produzir textos orais e escritos. Promover o desenvolvimento das capacidades linguísticas despertando neles por meio de diversos recursos o gosto pela oralidade, música, leitura, escrita e a interação entre os colegas. Irá identificar os diversos gêneros textuais para entender e ler sobre os sentimentos que abordam sobre caráter, cidadania, partilha, solidariedade, amizade, paciência, cooperação e amor para favorecer o resgate da infância, da alegria e da espontaneidade. O leitor conseguirá compreender a relação entre o desenvolvimento humano do seu tempo de criança e a sua relação com o aprimoramento de sua alfabetização e letramento. A discente quando lê recebe muitos

benefícios e poderá reconhecer o papel da alfabetizadora na elaboração de atividades de linguagens nos programas que ele frequenta.

Percebe-se ao finalizar-se esse artigo que em relação ao problema: o baixo índice de aprendizagem, de linguagens é devido ao fato da falta da leitura eclética, porque ela é uma ferramenta imprescindível para a melhoria do processo ensino aprendizagem, nos dias atuais. Verifica-se que há Programa Novo Mais Educação e de Escola de Tempo Integral, que no turno inverso oferecem Atividades Complementares, para suprir o indicador, criado para medir a qualidade de ensino nas escolas públicas. Que são fornecidos esses dados estatísticos pelo Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB). Nesses programas tentam contemplar os discentes com atividades a fim de sanar as diferentes dificuldades linguísticas apresentadas e demonstradas por alguns discentes nas turmas dos Anos Iniciais e Finais, do Ensino Fundamental.

A família deve entender que a educação é um direito dos filhos e têm de manter as crianças e os adolescente na escola, não somente para cumprir uma condicionalidade do Programa Bolsa Família, mas para evitar a evasão escolar e a falta de conhecimento científico. É possível obter-se maiores informações por meio de pesquisas do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no qual a educação é uma das três dimensões. Por isso, como Profissional de Educação e Alfabetizadora nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental observa-se o quanto na atualidade tornou imprescindível a leitura de diferentes textos na sala de aula, porque habitua-se o (a) aluno (a) a demonstrar interesse pela aprendizagem significativa. Principalmente, agora, nesses tempos atuais, no qual o período de alfabetização deve ser dado diariamente a oportunidade de a criança vivenciar o momento prazeroso de ler.

Portanto, a leitura eclética é um dos recursos pedagógicos a serem utilizados no dia a dia da rotina de uma escola: sempre com diferentes tipos textuais, para melhorar a imaginação, a socialização, a fala, e a escrita (produção textual). Observa-se no dia a dia, ao propiciar a leitura de que os livros já não são tão maçantes como as cartilhas antigas. E que ler textos diversificados ajuda a criança e ao adolescente a melhorar a sua alfabetização e o seu letramento. Cuida-se para que o momento de a leitura oferecida ao (a) leitor (a) para que nunca seja um momento tedioso, mas sim de deleite, ou seja prazeroso. Compreende-se que a alfabetizadora sempre deve estar atenta para cada discente, deve ser afetuosa, amorosa, criativa

para que o discente possa sentir-se seguro, com autoestima e feliz na Oficina Pedagógica, no Programa Novo Mais Educação ou na Atividade Complementar, na Escola de Tempo Integral.

Pretende-se recomendar nesse para que haja melhoria da qualidade de ensino, que em ambos os programas a docente possa propiciar condições do discente sanar as dificuldades de aprendizagem linguísticas por meio de diferentes estratégias educativas por meio da Roda da Leitura, da Hora do Conto ou durante a Leitura Extensiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Editora do Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **PCN: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

_____ Lei n.10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 JAN.2001.

_____ Lei n.11.114, de 16 de maio de 2005. Altera os arts 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 DEZ.2003.

_____ Lei n.11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 DE FEV.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas de administração**. 2011. 72f. Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

SECCI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendações de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SOARES, Magda. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, nº 25.2004, p. 5,17.